

## Fazendo gênero na *plantation*

### Notas sobre casamentos de africanos, em Cuba e no Brasil, nos séculos XVIII e XIX

Making gender in plantation: notes on marriages of Africans, in Cuba and Brazil, in 18<sup>th</sup> and 19<sup>th</sup> centuries / Haciendo género en la plantación: notas sobre matrimonios de africanos, en Cuba y Brasil, en los siglos XVIII y XIX

#### RESUMO

Neste artigo abordamos comparativamente a demografia africana na *plantation* nas Américas. Analisamos padrões matrimoniais africanos no Brasil e em Cuba, nos séculos XVIII e XIX. A partir de fontes eclesiásticas – registros de casamentos de escravizados africanos – consideramos regimes demográficos e econômicos, lógicas dos senhores e sobretudo as dimensões étnicas, do parentesco e da cultura escrava.

*Palavras-chave:* casamentos de escravos; Brasil; Cuba.

#### ABSTRACT

In this paper, we discuss comparatively the African demography in plantation in the Americas. We analyzed African marriage patterns in Brazil and Cuba in the 18<sup>th</sup> and 19<sup>th</sup> centuries. From ecclesiastical sources – records of African enslaved marriages – we consider demographic and economic regimes, logics of the lords and above all the ethnic, kinship and slave culture dimensions.

*Keywords:* slave marriages; Brazil; Cuba.

#### RESUMEN

En este artículo abordamos comparativamente la demografía africana en plantación en las Américas. Analizamos patrones matrimoniales africanos en Brasil y en Cuba, en los siglos XVIII y XIX. A partir de fuentes eclesiásticas – registros de matrimonios de esclavizados africanos – consideramos regímenes demográficos y económicos, lógicas de los señores y sobre todo las dimensiones étnicas, del parentesco y de la cultura esclava.

*Palabras clave:* matrimonios de esclavos; Brasil; Cuba.

#### Iamara da Silva Viana

Doutora em História Política pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), com pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora da Pós-Graduação em História e Cultura Afrodescendente da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

ia.sviana@gmail.com

#### Flavio dos Santos Gomes

Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) com pós-doutorado pela Universidade de São Paulo (USP) e pela Fundação Getúlio Vargas (Cpdoc/FGV). Professor do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (Ufba).

escravo@prolink.com.br

Em São José do Rio Preto, em 1855, um africano livre – Jeremias Benguela – assassinou a africana Maria Rita, a quem chamava “sua rapariga”. Muito ciumento, disse que cometeu o crime por “desconfiar” que ela mantinha “negócios” com Luiz da Glória. Praticado o crime, Jeremias se escondeu no “mato” com seu “parceiro Gregório”, mas acabou preso, julgado e condenado à pena de prisão perpétua. Em São João Del Rey, o africano moçambique, de nome Gabriel, matou a escravizada Feliciano, da mesma fazenda, alegando que fizera “candongas” contra ele. Testemunhas declararam que Feliciano vivia procurando Gabriel para lhe “curar o pé”, assim como preparar “outras coisas para lhe fazer o mal”. Em Atibaia, 1868, em meio a um assassinato, revelou-se que o assassino e a assassinada mantinham “relações”, o que sempre ocasionava conflitos no interior das senzalas. Antes, e não muito distante dali – em 1866 –, no município de Taubaté, Francisca – preta forra – foi encontrada morta. O local do crime teria sido as matas que serviam de pastos para Joaquina Máximo. Nas investigações, descobriu-se que o crime tinha sido cometido pelo africano Benedito, cativo de dona Francisca Leite. Descobriu-se que esse africano era “casado, mas mantinha relações com a finada Francisca”. Uma amiga da africana Francisca garantiu que o tal Benedito não só era “muito violento” como já tinha “ameaçado de morte” sua amiga finada. E tais violências eram originadas nos ciúmes que tinha, isso porque Francisca tivera um “filho branco”, embora fossem negros. Na Vila de Uruguaiana, em 1871, João Pereira Soares – um charqueador – denunciava o roubo de escravizados e o envio deles para o Uruguai. Antônio, um africano forro, teria ajudado na “fuga” da escravizada Rosa e seus cinco filhos. Houve quem dissesse que Rosa era “solteira”, enquanto outros garantiam que, na verdade, Antônio era “o marido” dela, embora vivessem como “cão e rato”. Em Itu, nas investigações a respeito de um assassinato envolvendo escravizados, crioulos, libertos e africanos, foi descoberto que tudo girava em tornos de ciúmes, pois Antônio – um pardo forro – andava “amigado” há “anos” com a mulher de Lourenço.<sup>1</sup>

Comuns em todas as partes onde havia escravidão nas Américas, conflitos conjugais entre os escravizados podem revelar lógicas culturais, linguagens, rituais, preferências, dimensões demográficas, formas de controle e expectativas de autonomia e domínio de senhores e cativos.

---

<sup>1</sup> Ver processos crimes: Arquivo Nacional, Corte de Apelação, caixa 3668, processo 5347 (ano 1866), Taubaté; caixa 3699, processo 1022, Itu; caixa 3878, processo 1 (ano 1855), São José do Rio Preto; caixa 3668, processo 6025 (ano 1868), Atibaia; caixa 3709, processo 3620 (ano 1861), São João Del Rey; e caixa 94, processo 2186 (ano 1871), Uruguaiana.

Reconhecidos pela Igreja ou somente pelas normas costumeiras das comunidades de senzalas, os padrões conjugais estavam associados a escolhas maritais, étnicas, afetivas e hierárquicas. Quais as determinações e impactos das escolhas maritais? Somente políticas senhoriais? Influências de homens ou mulheres mais velhos? Diferenças de incorporações geracionais em diferentes comunidades escravas?<sup>2</sup> No Brasil, via de regra, os casamentos sancionados pela Igreja eram realizados por escravizados pertencentes a um mesmo plantel-fazendeiro, sendo raros entre escravizados de proprietários diferentes. Representariam arranjos maritais, alianças e conexões na mesma escravaria, sancionadas pelos senhores. Mas isso não significa dizer que africanos não podiam formar “casamentos estendidos” (rituais ou relações) com escravizados de outras fazendas.

Investigações baseadas em registros paroquiais conseguiram demonstrar os impactos do comércio atlântico e os padrões de origem dos africanos. Para os casamentos entre escravos, tem sido possível abordar estratégias nos arranjos familiares e de compadrio através de escolhas matrimoniais e de testemunhas-padrinhos. O uso de tais fontes para analisar as sociabilidades e parentescos escravos oscilou entre modelos explicativos que enfatizavam: 1) os regimes demográficos e econômicos, como áreas mais conectadas ao tráfico atlântico ou de grandes propriedades e com muitos escravos, favorecendo o acesso ao casamento e oportunidades de escolhas; 2) a lógica senhorial, promovendo casamentos como forma de controle social; e 3) as dimensões da autonomia e cultura escrava na definição de tais arranjos familiares e escolhas matrimoniais.<sup>3</sup>

Neste artigo abordamos comparativamente os padrões demográficos em duas áreas da escravidão nas Américas: áreas de *plantation* no Brasil e Cuba. Na última década, têm sido retomados estudos com enfoques comparativos, avaliando experiências e narrativas, envolvendo montagens econômicas, políticas de domínio e abolicionismo, alcançando várias sociedades escravistas e com escravizados nas Américas.<sup>4</sup> Na bibliografia mais antiga, as perspectivas comparadas ou com o objetivo de construir tipologias eram, em grande medida, sustentadas por uma base empírica geralmente frágil. Cabe destacar também novas problemáticas historiográficas, especialmente com questões teóricas relativas à chamada

---

<sup>2</sup> Para estudos mais recentes sobre casamentos, ver: (Freire, 2005 e 2012).

<sup>3</sup> Ver: (Costa, 1984 e 1981; Faria, 1998; Florentino; Goés, 1997; Metcalf, 1987 e Slenes, 1999).

<sup>4</sup> Ver: (Azevedo, 2003; Brito, 2016 e 2018; Gomes, 2016; Marquese, 2003, 2004, 2005, 2011, 2015, 2016; Mata, 2011 e 2015).

segunda escravidão, paisagens, mercado e economia-mundo nos estudos de Marquese, Parron, Tomich e Salles. Essas perspectivas podem ser adicionadas aos estudos que considerem espaços e paisagens, mas não percam de vista as inflexões nas políticas de domínio e formas do controle sobre os escravos.<sup>5</sup> Assim, ensaiamos uma abordagem comparativa sobre a demografia dos casamentos de africanos em duas áreas, no Brasil e em Cuba, nos séculos XVIII e XIX.

### Planícies e vales do atlântico: uma breve comparação

As montagens econômicas da escravidão no Brasil Oitocentista foram especialmente africanas. Se o Vale do Paraíba era fundamentalmente escravo, como demonstrou Salles, este era africano (Salles, 2008). Vassouras seria o coração. O censo de 1872 contabilizou para este município 39.253 habitantes. Destes, 20.158 (51,35%) eram escravizados e 19.085, livres. Das cinco paróquias existentes, duas concentravam os maiores índices de escravizados: Nossa Senhora da Conceição e Paty do Alferes. Somavam, pois, 64% da população total do município, e os escravizados, 71%. A paróquia Conceição contabilizava 2.474 homens e 1.987 mulheres, somando 4.461 livres. Os escravizados se dividiam entre 3.632 homens e 2.571 mulheres, num total de 6.203. Já em Paty do Alferes, havia 3.361 homens e 2.992 mulheres entre os livres, enquanto os escravizados perfaziam 4.567 homens e 3.520 mulheres. Nessas duas paróquias, os escravizados somavam mais de duas vezes o número de livres. Isso na década de 1870 e, portanto, vinte anos após o fim do tráfico atlântico. Para Vassouras, os registros de óbitos também nos permitem aproximações demográficas. Escravizados corresponderam a 3.160 registros de óbito no livro paroquial, sendo 2.014 homens e 1.146 mulheres. Homens eram a maioria, com exceção do ano de 1871, o único em que o maior quantitativo de mortes foi de mulheres. Dentre os que receberam assento no livro da paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras, os homens representavam 63,73% e as mulheres 36,27%. Estes números reiteram a maior proporção de homens nos plantéis escravistas em Vassouras. Além disso, diferentes classificações e informações sobre os mortos sugerem padrões de mortalidade e desigualdade em Vassouras. Pardos, negros e brancos livres foram somados na categoria “cor” correspondente. O *corpus* documental dedicado às pessoas livres evidencia o maior quantitativo de brancos,

---

<sup>5</sup> Ver: (Marquese, 2006, 2008, 2009, 2010 e 2013; Parron, 2007; Muaze; Salles, 2015).

exatamente 46,37% (1.628) do total dos indivíduos analisados para os anos de 1840 a 1880. Para igual período, libertos, forros, pretos e pardos totalizavam 23,30% (818), portanto, aproximadamente 50% do total dos brancos. Importa mencionar estarem os pretos em minoria, correspondendo a 85 (2,42%) homens e 100 (2,85%) mulheres. Os pardos representavam 13,67% (480), sendo 256 (7,29%) homens e 224 (6,38%) mulheres.

No tocante à dimensão africana de Vassouras, podemos revisitar a base empírica dos escravizados a partir dos inventários *post mortem* no período de 1825 a 1865. De início consideramos o universo de 7.468 africanos, que aparecem com diferentes nomenclaturas associadas às origens – “nações” –, no caso, os portos africanos. É possível identificar pelo menos 28 nomenclaturas com três ou mais registros. Cerca de 69% dos escravizados africanos aparecem nas nomenclaturas de “nações”: congo (1.365), benguela (1.218), cabinda (1.119) e moçambique (1.285). Qual seja, quase cinco mil escravizados africanos aparecem associados a estas quatro nomenclaturas, com destaque para africanos orientais que somavam um em cada africano entre os mais representados. A maior força era mesmo dos africanos do Congo Norte com as nomenclaturas de “nações” congo e cabinda. Eles representavam 51,8% desses africanos e 34,5% do total de africanos listados em Vassouras nos inventários. Entre as nomenclaturas de “nações” que aparecem com mais de cem registros: angola (450), mina (357), monjolo (323), rebolo (302), inhanbane (185) e moange (121). Elas reúnem 1.738 africanos, perfazendo cerca de 77,3% dos africanos restantes. Desses, temos 68,8% de africanos centro-ocidentais, 21% de africanos orientais e 10,6% de africanos ocidentais. Assim, do total de africanos com nomenclaturas de origem que aparecem com mais de cem registros nos inventários em Vassouras, entre 1825 e 1865, temos 5,3% de africanos ocidentais, 21,8% de africanos orientais e 72,9% de africanos centro-ocidentais. Com mais de dez e até 99 registros, aparecem africanos em dez diferentes nomenclaturas de “nações”: cabundá (27), calabar (20), ganguela (88), macua (15), mofumbe (46), mossena (13), mufumbe (18), munhaca (18), quilimane (29) e quissama (27), sendo 6,6% de africanos ocidentais e 18,9% africanos orientais, mais uma vez sobressaindo os africanos centro-ocidentais. No geral, os africanos ocidentais – com cinco diferentes nomenclaturas: mina, calabar, cabo verde, são tomé e nagô – somam 5,6% dos inventariados em Vassouras, destacando-se o percentual de mulheres africanas ocidentais, com 44%. Enquanto isso, os africanos orientais vão somar 21,3% em oito nomenclaturas: moçambique, inhanbane, macua, sofala, mojavu, mossena, sena e quilimane. O impacto de mulheres africanas orientais é reduzido, perfazendo apenas 19,7%. Já os africanos

centro-ocidentais somaram 73,1%, sendo que mais de 80% aparecem entre 13 nomenclaturas: angola, benguela, cabinda, cassange, congo, monjolo, rebolo, muange, mofumbe, ganguela, cabundá, songo e quissama. As variações entre as mulheres africanas centro-ocidentais são maiores, além de estarem distribuídas em dezenas de nomenclaturas. As oriundas das áreas Congo Norte vão variar de 22 a 28%, enquanto aquelas das áreas ao sul de Angola, entre 35 e 40%. Para além dos padrões de posse, clivagens do impacto africano e suas gerações sugerem questões sobre a montagem e desenvolvimento da escravidão em áreas de *plantation*, especialmente as consequências nos arranjos transétnicos, intra e interplantéis. Ecologias e paisagens cafeeiras igualmente poderiam ser conformadas pelos impactos africanos e subsequentes gerações de crioulos. A paulatina incorporação de gerações de africanos – entre 1820 e 1850 – em pequenos, médios e grandes plantéis pode ter significado a diminuição e/ou aumento das oportunidades marítimas, assim como afetado a variação dos conflitos conjugais.

Para Cuba, analisamos a região de Guanabacoa, localizada a sudeste da baía de Havana. A explosão da economia de *plantation* na ilha acontece a partir da segunda metade do século XVII. O povoado de Guanabacoa, criado em 1550 para reunir índios que vagavam nas proximidades, se transforma numa região de concentração de *fincas* açucareiras já no final do século XVII. Apesar dos poucos dados, sabe-se que a região vai conhecer um desenvolvimento econômico no século XVIII. Em 1739, a criação da Real Cia. de Comércio de Havana incrementa a economia, dando à produção açucareira importantes sinais de crescimento. Entre 1741 e 1747, há a instalação de pelo menos trinta novos engenhos nas proximidades de Havana. Em 1751, os 81 engenhos da região produziam 250 mil arrobas para exportação. No início da década seguinte, o número de engenhos aumentava em quase 20% e a produção, 50%, aproximadamente. Em Guanabacoa, o engenho Nuestra Señora de Loreto y San Nicolas produzia, nessa época, 14.923 arrobas. Dos engenhos das cercanias de Havana, entre 1754 e 1757, Guanabacoa contava com 24. A mão de obra escrava africana daria os sons e os ritmos da produção açucareira. A média de escravos por engenho salta de 30-40, em 1762, para 70, em 1792. Nas últimas décadas do século XVIII, há a ampliação de novas áreas de cultivo em toda a ilha (Mozote, 2008, p. 60-77; 83). A população escrava em Cuba cresceu extraordinariamente, e em Guanabacoa não foi diferente, chegando a ter, depois de Havana, a segunda maior concentração nos últimos anos do século XVIII. O recenseamento de 1774 registrou uma população de 7.998 pessoas, com os escravos alcançando 38,7%. A população masculina predominava, sendo que de cada dez escravos, apenas dois eram mulheres. O recenseamento de 1792 aponta um crescimento de

27% da população escrava de Guanabacoa, embora com uma pequena diminuição proporcional, com relação à população livre, havendo o maior equilíbrio entre homens e mulheres. Nessa época, a população escrava em Cuba atingia 54.152, representando 31% do total. Notável também era o crescimento da população negra livre, alcançando 10,7% (Kiple, 1976, p. 25-30).

### Casando e desfazendo nós

Para o Brasil, no século XIX, numa área cafeeira; e para Cuba, numa área açucareira no século XVIII, propomos – a partir de registros eclesiásticos de casamentos de escravizados – verificar os desenhos demográficos dos padrões matrimoniais nos casamentos entre escravizados, principalmente os africanos, considerando suas origens, escolhas e opções. Levando em conta os arranjos dos casamentos em pares e as proporções de africanos por nomenclaturas de “nações” é possível sugerir significados nas escolhas maritais, via casamentos católicos sancionados pela Igreja.

Para Vassouras, consideramos o período de 1828 a 1864, analisando 539 registros do livro de casamentos de escravizados da paróquia da Conceição, perfazendo 1.078 cativos. Para quase a metade dos escravizados registrados como cônjuges, nada conhecemos sobre suas origens, africanas ou crioulas. Para 584 dos escravizados, identificamos 80,1% de africanos e 19,9% de crioulos. Porém, para o total de africanos, só conhecemos a origem de 54,3%, pelas “nações” e suas nomenclaturas das áreas e portos de embarque. Na Tabela 1, temos um perfil africano dos escravizados em Vassouras, considerando as nomenclaturas que aparecem nos registros eclesiásticos de casamentos e naqueles dos inventários.

**Tabela 1** - Africanos nos registros eclesiásticos de casamentos e nos inventários *post mortem*, Vassouras (século XIX)

Nomenclaturas e regiões Africanas	Inventariados %	Casados %	Total %
Africanos ocidentais	403 (5,6)	7 (2,8)	427 (5,6)
Africanos orientais	1.539 (21,3)	26 (10,3)	1.589 (20,8)
Africanos centro-ocidentais	5.295 (73,1)	219 (86,9)	5.602 (73,6)
Total	7.237 (100)	252 (100)	7.618 (100)

Fonte: Arquivo Nacional, Fundo Judiciário, Inventários (1825-1865) e Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (Iphan), Vassouras, Registros de casamentos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição (1828-1864).

Em Vassouras, desconsiderando os impactos demográficos via composição de plantéis – entre pequenos proprietários e grandes fazendeiros –, os africanos ocidentais e orientais tinham menos possibilidades de – através dos casamentos – construir conexões étnicas com outros africanos com as mesmas nomenclaturas de “nações” e provenientes das mesmas áreas de embarque. Pelo menos quatro entre dez mulheres africanas (45%) provenientes do sul de Angola – especialmente aquelas com a nomenclatura benguela – casavam com homens de outras identidades-nomenclaturas. Os maiores percentuais ficavam com as mulheres africanas do Congo Norte: mulheres congos com 55% e mulheres cabindas com 66,6%. Entre os homens cabindas somente 22,2% casavam com mulheres da mesma origem. Dos homens cabindas que casavam com mulheres africanas de outras nomenclaturas de “nações”, 40% o faziam com africanas orientais (moçambique e inhambane). De cada dez homens cabindas que casavam com mulheres escravizadas de outras origens, pelo menos quatro o faziam com mulheres crioulas. O maior interesse de homens africanos por mulheres crioulas (filhas de quais mães africanas?) aparece bem indicativo nos índices dos homens africanos angolas. Nos registros de casamentos, nenhum homem africano angola aparece se casando com mulher angola. Porém, 35% casavam com mulheres crioulas e 30%, com mulheres do Congo Norte (cabindas e congos). Além de indagar quais as origens das mães e pais dessas mulheres crioulas, poderíamos perguntar se seriam – tais cônjuges masculinos – homens africanos angolas velhos. Essas seriam mulheres crioulas mais jovens e que conformavam um mercado marital para homens africanos mais velhos naqueles plantéis, ou homens africanos recém-incorporados? Elas também podiam ser mais velhas ou filhas de mulheres africanas mais velhas. Ainda mais com as nomenclaturas angola, congo e cabinda. Se assim fossem, poderíamos pensar analiticamente em escolhas maritais informadas – a despeito dos padrões de posse das escravarias – também por arranjos étnicos geracionais africanos. Os homens africanos benguelas também pouco se casavam com mulheres benguelas.

Seria fundamental repensar os poderes femininos nas escolhas, também considerando as perspectivas de alianças, que incluíam proteção, especialmente para aquelas mulheres já com filhos. Os números e padrões dos registros paroquiais são opacos a respeito dessas escolhas e alternativas associadas às faixas etárias e mesmo às idades geracionais dos africanos em cada plantel. Quem casava mais jovem: os homens ou as mulheres africanas? Em quanto tempo, em média, se casava um africano após a sua incorporação num dado plantel? Não podemos desconsiderar

as imposições senhoriais em várias ocasiões, assim como as políticas de incorporar – comprar – mulheres para se casarem, com a perspectiva de aumentar os plantéis com a reprodução. Mas e as dimensões africanas de alianças? Por que verificamos, por exemplo, mais índices de mulheres africanas congos casando com homens africanos benguelas, assim como mulheres africanas benguelas casando com homens africanos congos? Embora ambos fossem provenientes das áreas Congo Norte, por que as mulheres africanas congos não se casavam com homens africanos cabindas? Quem sabe podia haver muitas diferenças étnicas entre os africanos do Congo Norte que estavam sendo incorporados em Vassouras, oriundos dos conflitos civis na região, como apontou Thornton? As mulheres do Congo Norte, por sua vez, aparecem escolhendo ou sendo escolhidas por homens africanos benguelas (43,7%) ou, um pouco menos, por homens angolas (28,5%). Enquanto isso, mulheres africanas angolas estavam optando mais pelos homens africanos do Congo Norte (57,2%). Também interessantes foram os padrões das mulheres africanas orientais – com as nomenclaturas moçambique –, que aparecem, quatro em cada dez, se casando mais com homens africanos cabindas.

Para Cuba, analisamos os registros de casamentos de escravos da paróquia de Guanabacoa, ao longo do século XVIII.<sup>6</sup> Entre os anos de 1701 e 1800, são registrados 1.325 enlaces matrimoniais, reunindo 2.650 escravos, entre africanos e os nascidos naquela colônia. De 27% (721) das pessoas que casaram, não conhecemos a naturalidade. Os africanos representavam 61,5%, enquanto 38,5% eram nascidos em Cuba, sendo 5% classificados como pardos. Entre os africanos – ao contrário das tendências do tráfico atlântico –, há um equilíbrio de homens e mulheres, com 54% e 46%, respectivamente. Do total de casamentos, temos 66,2% (877) envolvendo cônjuges (em pares) da mesma naturalidade/origem. Mas, considerando aqueles com naturalidade identificada, esse número cai para 535, sendo 290 (54,2%) de cativos cubanos e 245 (45,8%) de cativos africanos.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> Ver: <https://www.slavesocieties.org/collections/cuba>.

<sup>7</sup> Ver os estudos de Alejandro de La Fuentes sobre população e demografia africana em Cuba, nos séculos XVI e XVII. Sobre os africanos e suas identidades, ver: (Fuentes, 1990).

**Tabela 2 - Casamentos de escravos em Guanabacoa, Cuba (século XVIII)**

Casamentos de escravos (1701-1800)	Registros	%
Homens africanos x mulheres africanas das mesmas “nações”	245	18,5%
Homens africanos x mulheres africanas de “nações” diferentes	262	19,8%
Homens cubanos x mulheres cubanas	290	21,9%
Homens x mulheres com naturalidade indeterminada	342	25,8%
Homens x mulheres com naturalidade indeterminada (para um dos cônjuges)	37	2,8%
Homens cubanos x mulheres africanas	32	2,4%
Homens africanos x mulheres cubanas	117	8,8%
Total de matrimônios	1.325	100%

Fonte: Registros de casamentos de escravos em Guanabacoa, 1701-1800. <https://www.slavesocieties.org/collections/cuba>.

Considerando apenas os casamentos entre escravizados com nomenclaturas, temos 946, ou seja, em quase 30% dos casamentos não são assinaladas as naturalidades, nomenclaturas de origens e/ou “nações”, ou aparecem, em raros casos, apenas para um dos cônjuges. Temos assim 53,6% das uniões envolvendo cônjuges africanos; 30,6%, cônjuges cubanos e 15,8%, um cônjuge cubano e um africano. Entre os matrimônios envolvendo cônjuges africanos – ao contrário de várias partes do Brasil, nos séculos XVIII e XIX –, verifica-se uma maior quantidade de casamentos entre origens ou nomenclaturas de “nações” diferentes, com 51,7% (262). Africanos da mesma “nação” casavam entre si em 48,3% (245) dos casos.

Mas qual o peso demográfico africano em Guanabacoa, mesmo considerando que estamos tratando sempre de pares, envolvendo homens e mulheres? Dos 705 crioulos (nascidos em Cuba), 5,4% aparecem classificados como pardos. As mulheres crioulas se destacavam, com 58,9% da população e 43,2% do total de mulheres envolvidas nos casamentos. Na população masculina, os africanos se destacavam com 66,5%, participando os homens crioulos em 34% dos casamentos. Sobressaem, assim, os casamentos entre africanos ou com um homem africano e uma mulher crioula. Comparando as nomenclaturas de “nações” para 1.187 africanos dos registros paroquiais de Guanabacoa, ao longo do século XVIII, e a amostra de 4.127 africanos das principais nomenclaturas de

“nações” de inventários analisados por Friginals, entre 1760 e 1769, temos:

**Tabela 3** - Africanos (por grandes regiões de embarque), Cuba (século XVIII)

Regiões africanas	Casamentos em Guanabacoa (século XVIII)	Inventários <i>post mortem</i> (1760-1769)
África Central	35,4%	31,6%
África Ocidental	64,8%	62,3%
África Oriental	0,5%	6,1%

**Tabela 4** - Principais “nações” africanas, Cuba (século XVIII)

“Nações” africanas	Casamentos em Guanabacoa (século XVIII)	Inventários <i>post mortem</i> (1760-1769)
Congo	411 (35,4%)	1.305 (31,6%)
Carabali	483 (41,6%)	1.090 (26,4%)
Lucumi	79 (6,8%)	354 (8,6%)
Mandinga	72 (6,2%)	560 (13,6%)
Mina	49 (4,2%)	248 (6%)
Arara	16 (1,4%)	168 (4,1%)
Ganga	46 (3,95%)	151 (3,65%)
Macua	2 (0,2%)	134 (3,25%)
Moçambique	3 (0,25%)	117 (2,8%)
Total	1.161 (100%)	4.127 (100%)

Fonte: Registros paroquiais de casamentos de Guanabacoa (1701-1800). Ver: <https://www.slavesocieties.org/collections/cuba> e adaptação das Tabelas 2-4 de FRAGINALS, Manuel Moreno. *Africa in Cuba: a quantitative analysis of the African population in the island of Cuba*. In: RUBIN, Vera; TRUDEN, Arthur (ed.). *Comparative perspectives on slavery in New World plantation societies*. New York: New York Academy of Sciences, 1977. p. 187-203, citado em Hall (2005), Tabela 2.3.

Destacam-se os africanos ocidentais, tanto os carabalis, nomenclatura que incluía diferentes povos vindos através da Baía de Biafra, como minas, araras e lucumis, provenientes da Costa do Ouro e da Baía de Benim, além de mandingas e gangas, de Serra Leoa. Enfim, africanos ocidentais de diversas línguas, regiões e povos. Em seguida, apareciam os africanos centrais. De qualquer modo, congos e carabalis representavam,

respectivamente, 58% e 75,3% dos africanos nas amostras de inventários e nos matrimônios cubanos. Calculando a quantidade de africanos e a proporção de homens e mulheres, encontramos resultados indicativos. Embora houvesse sempre – em termos de padrões – mais homens recém-desembarcados pelo tráfico atlântico, num índice que poderia alcançar, em algumas áreas e períodos, a proporção de duas a três mulheres para cada dez homens, verificamos em Guanabacoa, através dos registros paroquiais, alguns números invertidos. Havia mais mulheres do que homens carabalis e gangas casando. Para o restante dos africanos, há um relativo equilíbrio entre homens e mulheres, na proporção de seis para quatro.

Apontamos alguns padrões de casamentos e arranjos maritais africanos indicativos para Guanabacoa, a partir dos registros eclesiásticos. Primeiramente, o impacto das escolhas matrimoniais entre africanos da mesma origem, nomenclatura e/ou “nação”. Os congos perfaziam 36,4% do total, sendo 57,2% homens e 42,8% mulheres. No geral, 51,4% casavam fora de sua “nação”, e com crioulos. Mas o homem congo o fazia 57,4% das vezes, enquanto as mulheres, 43,2%. O contrário acontecia com os carabalis. Eram 41,6% dos africanos no total de registros, sobressaindo as mulheres com 51%. Também casavam, em geral, fora da mesma “nação”, porém, as que contraíam matrimônio em maior quantitativo eram mulheres carabalis, com 51,2%. Já os gangas, representando 3,7% dos africanos, casavam em maior número (tanto homens, como mulheres) fora da mesma “nação”, numa proporção de 87%.

Também destacamos as possíveis preferências e interdições das mulheres africanas. A mulher mandinga correspondia a 5,5% das africanas, mas 80% delas se casam com homens crioulos e com africanos de “nações” (nomenclaturas) diferentes. Dessas, apenas 16,6% tinham enlaces com homens crioulos. daquelas que se uniam a africanos de outras origens, 54% casavam com congos e carabalis. E apenas 12,5% contraíam casamento com africanos minas e lucumis. Elas não se casam com homens gangas, talvez indicando algumas interdições e parentesco ritual, uma vez que ambas as origens eram da África ocidental, vindas de Serra Leoa e possivelmente falantes da mesma língua, embora muitos pudessem ser mulçumanos. Para determinadas nomenclaturas de “nações”, avaliámos diferentes padrões. Por exemplo, a mulher mina, 3,7% do total de africanas, também se casava preponderantemente fora da sua “nação”. Cerca de 75% delas se casavam com homens crioulos e africanos, sendo que os primeiros, na ordem de apenas 20%. Elas se casavam mais com homens africanos carabalis, seguidos de homens africanos gangas

e congos. A mulher com nomenclatura mina quase não aparece casando com homens lucumis, certamente revelando as tensões e interdições entre africanos ocidentais classificados como minas em Cuba, embarcados na Costa do Ouro (São Jorge de El Mina), sendo ashantes e fantes, enquanto os lucumis eram embarcados na Baía do Benin, vindos do império de Oyo. Vejamos outros padrões: a mulher lucumi, 6,7% do total de africanas, igualmente se casava mais fora da sua “nação”, com o índice de 81%. Porém, tal qual a mulher africana mina, percebem-se as interdições entre os classificados minas e lucumis, com poucos casamentos entre si. O destaque aqui está no índice de casamentos dessas mulheres com homens congos (43%), que denota as alianças entre africanos centrais congos com africanas ocidentais minas e lucumis, num cenário de maioria africana carabali, tanto de homens como de mulheres.

O contrário se dava em termos de alianças das mulheres gangas, que casavam, em 88% dos casos, fora da sua “nação”, preferencialmente com homens congos e carabalis, mas pouco com minas e lucumis. Esses dados sugerem uma maior quantidade de mulheres crioulas nascidas em Cuba no mercado matrimonial. Elas se casavam com cubanos, mas também com homens africanos, na proporção de um em cada três. Já o homem crioulo raramente procurava (ou era procurado) pela mulher africana. Apenas um em cada dez se casavam com africanas. Dos homens crioulos casados com africanas, destacam-se as mulheres congos e carabalis, representando 75%. Já entre os homens africanos que se casavam com crioulas destacam-se os carabalis, que, no período de 1771 a 1800, representaram 84% dos casamentos. Outras investigações poderão indicar um processo de *crioulização* demográfica, com o aparecimento de crioulas filhas de mulheres carabalis da primeira geração. Daí, talvez, a explicação para a preferência de homens carabalis por mulheres crioulas, embora proporcionalmente não houvesse escassez de mulheres carabalis. Reforçando o quadro demográfico, congos e carabalis representaram 89% dos casamentos de africanos da mesma “nação”-nomenclatura. Mas há diferenças quando eles resolveram casar entre si, de forma cruzada. Os homens congos casavam-se com as mulheres carabalis em 67% dos casos, enquanto os homens carabalis se uniam às mulheres congos em apenas 52% dos casos.

Novas pesquisas identificando as tendências demográficas da escravidão em Cuba, considerando os dados do tráfico atlântico, os padrões diferenciados de posse em áreas de café e açúcar, assim como o uso de outras fontes qualitativas de natureza diversa – inclusive as memórias geracionais – poderão sugerir análises mais detalhadas e conectadas

com os padrões demográficos que emergem dos registros paroquiais.<sup>8</sup> Ainda precisamos saber mais sobre a família escrava em Cuba, o interior das fincas, as lógicas senhoriais, a política de controle, as expectativas dos escravos africanos, a cultura material, os espaços sociais e a arqueologia das *plantations*.<sup>9</sup> E o interior das senzalas e as formas de controle, segundo os manuais, a história intelectual e a história social (Marquese, 2005)? Comparando com os estudos realizados no Brasil, que utilizam os registros paroquiais, sobre casamentos de escravos, temos um interessante índice maior de casamentos entre origens diferentes, assim como aqueles entre crioulos e africanos.<sup>10</sup> De qualquer modo, não sabemos profundamente como os mais variados africanos redimensionaram essas nomenclaturas nos termos das suas próprias vivências e identidades. Afinal, o que era ser “congo”, “carabali”, “mandinga” nas fincas açucareiras e nas senzalas (barracões) cubanas? Precisamos analisar detalhadamente a vida escrava no barracón e os casamentos de escravos de diferentes senhores cubanos/espanhóis, além da própria legislação colonial (Fuentes; Diaz, 2007),<sup>11</sup> além de avançar na análise sobre as “nações” africanas em Cuba e saber como os africanos com estratégias de organização e formação de identidades podiam estar agenciando redes e alianças.<sup>12</sup> A agregação de dados dos registros paroquiais pode ser um caminho de análise muito útil.

### Considerações finais

No Brasil, os casamentos de escravizados, apesar de reconhecidos pela igreja católica, foram, por muito tempo, considerados inexistentes. O grande número de homens, desproporcional à quantidade de mulheres trazidas pelo tráfico negreiro, e a falta de interesse dos proprietários (poderia dificultar a negociação de um dos cônjuges) eram as justificativas correntes que explicariam a não incidência de matrimônio entre escravizados.

---

<sup>8</sup> Perspectivas comparativas sobre as populações escravas entre Brasil, EUA e Cuba aparecem em Begard (2007).

<sup>9</sup> Para um estudo recente sobre as formas de resistência e colaboração dos escravos cubanos nos barracões e plantações no século XIX, ver: (Barcia, 2008).

<sup>10</sup> Para análises sobre escolhas étnicas dos casamentos de escravos africanos no Brasil – Rio de Janeiro e Bahia –, no século XVIII, ver: (Schwartz, 1988a; Sweet, 2003; Soares, 2007; Parés, 2005).

<sup>11</sup> Ver especialmente: (Fuentes, 2007).

<sup>12</sup> Para as possibilidades de conexões e arranjos intranações e internações em Cuba, a partir das organizações dos Cabildos de Nación, ver: (Childs, 2006).

Havia mesmo quem argumentasse sobre uma suposta promiscuidade nas senzalas.<sup>13</sup> Desde o século XVII, há evidências de registros de casamentos em várias paróquias do Rio de Janeiro e da Bahia. Em 1711, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia já reafirmavam como legítimos os enlaces matrimoniais de escravizados ou entre pessoas livres e escravizadas. Rezavam as Constituições que os senhores não podiam impedir os casamentos de seus escravizados, nem tampouco separá-los após o matrimônio.<sup>14</sup> Provavelmente, grande parte dos proprietários não cumpriu esse “direito divino”. Para muitos, não haveria interesse em incentivar as uniões sacramentadas pela Igreja e, até mesmo, as ligações consensuais estáveis dos seus escravizados. Novos estudos, principalmente relacionados à demografia, destacaram como os escravizados forjaram laços familiares consensuais ou não, embora ainda possamos conhecer mais sobre a dinâmica dos casamentos. Até que ponto os senhores conseguiram intervir na vida e organização familiar dos africanos escravizados, mesmo quando estes escolheram a legitimação do sacramento cristão para constituírem suas famílias? O que significavam – numa determinada área – os casamentos para os africanos e para as primeiras gerações de crioulos? Em que medida padrinhos de batizados ou testemunhas de casamentos reconfiguravam as alianças nas senzalas e também fora delas? Robert Slenes ampliou o debate a respeito do matrimônio, destacando os laços familiares, especialmente a endogamia entre casais africanos e casais de crioulos. Citando vários estudos mais recentes, avaliou como os registros de casamentos entre escravizados aparecem desiguais (em termos quantitativos e de frequência) para o Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Minas Gerais, nos séculos XVIII e XIX, e como, em algumas áreas, evidenciavam a diminuição de uniões entre escravizados sacramentadas pela Igreja através de matrimônio. As diferenças entre os índices de nupcialidade estariam – por exemplo – tanto nas práticas dos escravizados e nas políticas de domínio, como na presença da Igreja com maior força em determinadas regiões, pressionando talvez os senhores e a população livre para uma maior formalização na configuração das relações familiares (Slenes, 1999, p. 78-115).

Para áreas de *plantation* nos Estados Unidos, vários estudos têm destacado como podia haver sentidos econômicos, rituais e étnicos nos

---

<sup>13</sup> Ver as críticas pioneiras de Graham (1979); Schwartz (1988b) e Slenes (1988).

<sup>14</sup> Ver: (Campos; Merlo, 2005; Silva, 1984).

matrimônios e arranjos familiares.<sup>15</sup> Para os estudos no Brasil, o que nem sempre é possível identificar nos matrimônios de escravizados é a faixa etária cronológica das mulheres e dos homens, e, mais ainda, a idade geracional. Representariam não apenas pessoas mais velhas, por exemplo, mas igualmente aqueles mais antigos na região e plantel. E devemos ainda considerar o número reduzido de mulheres nos plantéis, especialmente de africanas.

Para diferentes regimes demográficos, é fundamental considerar que os homens africanos que aparecem nos registros eclesiásticos podiam ter também casamentos estendidos, ou seja, interesse em ter esposas em fazendas distintas. Sem falar em áreas onde havia mais esposos e pais ausentes. Seriam situações complexas que requerem cuidado diante de abordagens generalizantes e mesmo sexistas (Dunaway, 2003, p. 62-64). Assim, as dimensões limitadas dos casamentos religiosos, que não seriam necessariamente antagônicos àqueles estendidos – podemos pensar em encontros de fim de semana –, articulavam escravizados de fazendas diferentes. Para Vassouras e outras áreas do Vale do Paraíba, há inúmeros processos crimes que revelam conflitos, confrontos, tensões e alianças de fugitivos que procuravam outras fazendas, buscando apoio, e podendo também manter laços familiares. Na perspectiva da circunvizinhança, Kaye destaca a possibilidade de se abordarem os laços de parentesco interplantações, fazendas e senzalas. Haveria assim vista grossa, negociações invisíveis e expectativas senhoriais e fundamentalmente escravas de casamentos ampliados e relações de parentesco (Kaye, 2007, p. 64-69).

Não podemos correr o risco de analisar esses casamentos numa dimensão atemporal, como muitas vezes acontece em estudos que se baseiam exclusivamente em análises cliométricas. Tanto para Cuba como para o Brasil, as primeiras gerações poderiam significar permanências de padrões de poligamia-poligenia e formação de comunidades africanas transétnicas ou, para africanos mais tardios, expectativas geracionais com diferentes dimensões (Berlin, 1998, p. 189-191). Índices das escolhas das mulheres crioulas sugerem pensar numa economia política que podia articular os interesses dos fazendeiros (adquirindo homens e mulheres africanos com expectativas de casamentos futuros nas suas propriedades) com as conexões culturais de parentesco formuladas nas senzalas e com significados próprios. Seria assim possível pensar em arranjos

---

<sup>15</sup> Ver: (Malone, 1992 ; Stevenson, 1996).

geracionais dos africanos e dos crioulos, determinados tanto pelas mães africanas das cônjuges crioulas, como pelos africanos mais velhos que podiam ter preferência nas escolhas (Morgan, 1998, p. 534-535). Herbert Gutman, em estudo pioneiro, alertou para a possibilidade de se abordar como os próprios escravos podiam reconhecer as diferenças e os significados dos casamentos sancionados pela Igreja ou pelos seus senhores, e aqueles estendidos e sob normas das suas próprias comunidades e crenças (Gutman, 1976, p. 281).

Enfim, para verificar experiências, identidades e arranjos de parentesco numa área de *plantation*, podemos também considerar os padrões de casamentos, especialmente dos africanos.<sup>16</sup>

## Fontes

Arquivo Nacional. Fundo Judiciário, Inventários (1825-1865) e Corte de Apelação  
Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (Iphan). Vassouras, Registros de casamentos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição (1828-1864)  
Slave Societies Digital Archive. Registros de casamentos de escravos em Guanabacoa (1701-1800)

## Referências

- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (século XIX)*. São Paulo: Annablume, 2003.
- BARCIA, Manuel. *Seeds of insurrection: domination and resistance on western Cuban plantations, 1808-1848*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2008.
- BEGARD, Laird W. *The comparative histories of slavery in Brazil, Cuba, and the United States: new approaches to the Americas*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2007. p. 96-131.
- BERLIN, Ira. *Many thousands gone: the first two centuries of slavery in North America*. Cambridge, USA: Harvard University Press, 1998.
- BRITO, Luciana Cruz. Perspectivas sobre as relações raciais nos Estados Unidos por meio do antiexemplo da sociedade brasileira: as impressões dos abolicionistas negros norte-americanos e de imigrantes confederados. In: MACHADO, Maria Helena P. T.; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *Emancipação, inclusão e exclusão: desafios do passado e do presente*. São Paulo, Edusp, 2018. p. 375-386.
- \_\_\_\_\_. The crime of miscegenation: racial mixing in slaveholding Brazil and the threat to racial purity in post-abolition United States. *Revista Brasileira de História*, v. 37, p. 1-24, 2016.
- BURMEISTER, Ana Maria de Oliveira. A nupcialidade em Curitiba no século XVIII. *História: Questões & Debates*, Curitiba, ano 2, n. 2, p. 63-68, jun. 1981.

---

<sup>16</sup> Ver: (Burmeister, 1981; Costa; Gutierrez, 1984; Costa; Slenes; Schwartz, 1987; Costa; Luna, 1981; Faria, 1998; Florentino; Goés, 1997; Guerzoni Filho; Netto, 1988; Metcalf, 1987; Motta, 1987; Silva, 1980 e 1984; Slenes, 1987).

- CAMPOS, Adriana Pereira; MERLO, Patrícia M. da Silva. Sob as bênçãos da Igreja: o casamento de escravizados na legislação brasileira. *Topoi: revista do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 326-360, jul./dez. 2005.
- CHILDS, Matt D. *The 1812 Aponte rebellion in Cuba and the struggle against Atlantic slavery*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2006. p. 103-119.
- COSTA, Iraci Del Nero da; SLENES, Robert W.; SCHWARTZ, Stuart B. A família escrava em Lorena (1801). *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 245-295, 1987.
- \_\_\_\_\_; GUTIERREZ, Horácio. Notas sobre casamentos de escravos em São Paulo e no Paraná (1830). *História: Questões & Debates*, Curitiba, ano 5, n. 9, p. 313-321, 1984.
- \_\_\_\_\_; LUNA, Francisco Vidal. Vila Rica: nota sobre casamentos de escravos (1727-1826). *África: revista do Centro de Estudos Africanos da USP*, São Paulo, n. 4, p. 105-109, 1981.
- DUNAWAY, Wilma A. *The African-American family in slavery and emancipation*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003.
- FARIA, Sheila Siqueira de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 312-321.
- FLORENTINO, Manolo Garcia; GOÉS, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravizadas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 153-159.
- FREIRE, Jonis. Legitimidade e casamento na Zona da Mata mineira: estudos sobre a família escrava. In: SOUSA, Jorge Prata de; ANDRADE, Rômulo Garcia de (org.). *Zona da Mata mineira: escravos, família e liberdade*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2012. p. 161-200.
- \_\_\_\_\_. Casamento, legitimidade e família em uma freguesia escravista da Zona da Mata mineira: século XIX. *Locus: revista do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)*, Juiz de Fora, v. 11, p. 51-73, 2005.
- FUENTES, Alejandro de la. Esclavos africanos en La Habana: zonas de procedencia y denominaciones étnicas, 1570-1699. *Revista Española de Antropología Americana*, Madrid, n. 20, p. 135-160, 1990.
- FUENTES, Maria de los A. Merino; DIAZ, Aisnara Pereira. *Matrimonio y familia em elingenio: uma utopia posible*, La Habana (1825-1886). Havana: Editorial Unicornio, 2007.
- GOMES, Flavio dos Santos. Africans and nations in the slave trade through parish registers: preliminary notes for comparative perspectives on Brazil and Cuba in the seventeenth century. *Tempo: revista do Departamento de História da UFF*, Niterói, v. 22, p. 451-466, 2016.
- GRAHAM, Richard. *A família escrava no Brasil colonial: escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 41-57.
- GUERZONI FILHO, Gilberto; NETTO, Luiz Roberto. Minas Gerais: índices de casamentos da população livre e escrava na comarca do Rio das Mortes. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 497-507, set./dez. 1988.
- GUTMAN, Herbert G. *The black family in slavery and freedom, 1750-1925*. New York: Vintage Books, 1976.
- HALL, Gwendolyn Midlo. *Slavery and African ethnicities in the Americas: restoring the links*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2005. p. 36.
- KAYE, Anthony E. *Joining places*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2007.
- KIPLE, Kenneth F. *Blacks in colonial Cuba 1774-1899*. Gainesville: The University Presses of Florida, 1976.
- MALONE, Ann Patton. *Sweet chariot: slave family and household structure in nineteenth century Louisiana*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1992. p. 230-240.
- MARQUESE, Rafael de Bivar; SALLES, Ricardo (org.). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 99-162.
- \_\_\_\_\_. A Guerra Civil dos Estados Unidos e a crise da escravidão no Brasil. *Afro-Ásia: revista da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Ufba*, Salvador, v. 51, p. 37-71, 2015.
- \_\_\_\_\_. As desventuras de um conceito: capitalismo histórico e a historiografia sobre a escravidão brasileira. *Revista de História: revista do Departamento de História da USP*, v. 169, p. 223-253, 2013.

- \_\_\_\_\_.; PARRON, Tâmis. Revolta escrava e política da escravidão: Brasil e Cuba, 1791-1825. *Revista de Índias*, v. 71, p. 19-52, 2011.
- \_\_\_\_\_. O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão: o caso da fazenda Resgate. *Anais do Museu Paulista*, v. 18, p. 83-128, 2010.
- \_\_\_\_\_.; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Império*. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 339-383.
- \_\_\_\_\_. Diáspora africana, escravidão e a paisagem da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba oitocentista. *Almanack Braziliense*, v. 7, p. 138-152, 2008.
- \_\_\_\_\_. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 74, p. 107-123, 2006.
- \_\_\_\_\_. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 165-188, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Factores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- \_\_\_\_\_. Paternalismo e governo dos escravos nas sociedades escravistas oitocentistas: Brasil, Cuba e Estados Unidos. In: FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda (org.). *Ensaio sobre a escravidão I*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003. p. 121-141.
- MATA, Iacy Maia. *Conspirações da raça de cor: escravidão, liberdade e tensões raciais em Santiago de Cuba (1864-1881)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.
- \_\_\_\_\_. Sentidos da liberdade e encaminhamento legal da abolição: Bahia e Cuba – notas iniciais. *Revista de História Comparada: revista do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 66-90, 2011.
- METCALF, Alida. Vida familiar dos escravos em São Paulo no século XVIII: o caso de Santana de Parnaíba. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 229-243, 1987.
- MORGAN, Philip D. *Slave counterpoint: black culture in the eighteenth century Chesapeake and Lowcountry*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1998.
- MOTTA, José Flávio. A família escrava e a penetração do café em Bananal, 1801-1829. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 71-101, jan./dez. 1987.
- MOZOTE, Reinaldo Funes. *De los bosques a los canaverales: una historia ambiental de Cuba 1492-1926*. Havana: Editorial Ciencias Sociales, 2008.
- MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo (org.). *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.
- PARÊS, Luís Nicolau. O processo de criouliização no recôncavo baiano (1750-1800). *Afro-Ásia: revista da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Ufba, Salvador*, n. 33, p. 87-132, 2005.
- PARRON, Tâmis. Política do tráfico negreiro: o Parlamento imperial e a reabertura do comércio de escravos na década de 1830. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 1-3, p. 91-121, 2007.
- SALLES, Ricardo. *E o vale era o escravo: Vassouras, século XIX – Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988a. p. 314-326.
- \_\_\_\_\_. A família escrava e as limitações da escravidão. In: \_\_\_\_\_. *Segredos internos: engenhos e escravizados na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988b. p. 310-336.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de Casamento no Brasil colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz; Unesp, 1984. p. 139-148.
- \_\_\_\_\_. Casamentos de escravizados na capitania de São Paulo. *Ciência & Cultura*, São Paulo, v. 32, n. 7, p. 816-821, jul. 1980.
- SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999. p. 149-180.
- \_\_\_\_\_. *Lares negros, olhares brancos: histórias da família escrava no século XIX*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 189-203, 1988.
- \_\_\_\_\_. Escravidão e família: padrões de casamentos e estabilidade familiar numa co-

- munidade escrava (Campinas, século XIX). *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 217-227, 1987.
- SOARES, Mariza de Carvalho. Nações e grupos de procedência no Atlântico Escravista. In: CAMPOS, Adriana Pereira; SILVA, Gilvan Ventura da (org.). *Da África ao Brasil: itinerários históricos da cultura negra*. Vitória: Flor e Cultura Editora, 2007. p. 143-148.
- STEVENSON, Brenda E. *Life in black & white: family and community in the slave South*. Oxford: Oxford University Press, 1996. p. 230-232.
- SWEET, James K. *Recreating África: culture, kinship, and religion in the African-Portuguese World, 1441-1770*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2003. p. 45-46.
- THORNTON, John. As guerras civis no Congo e o tráfico de escravos: a história e a demografia de 1718 a 1844 revisitadas, *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 32, p. 55-74, 1997.
- 
- Recebido em 30/4/2019  
Aprovado em 30/9/2019